

O papel das rádios universitárias públicas na extensão universitária

Sandra de Deus
sdeus@terra.com.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil

Resumo

As Universidades Federais Brasileiras possuem um conjunto de emissoras de rádio em AM ou FM que possibilitaria, se assim planejassem, a realização de uma extensão universitária nacional. As rádios das universidades que passamos a denominar de “rádios universitárias públicas” para diferenciar daquelas pertencentes a outras instituições de ensino superior, ao serem utilizadas para a extensão universitária, apontariam para a ampliação da ação extensionista universitária na construção de uma nova universidade pública com caráter nacional e integrador.

Introdução

As universidades federais brasileiras possuem juntas 19 emissoras de rádio em Amplitude Modulada (AM) ou Frequência Modulada (FM) o que estabelece um cenário de comunicação pública capaz de atingir todo o país em diferentes e distantes regiões onde a extensão universitária deve exercer sua função. Das 53 instituições federais (incluindo universidades, escolas, faculdades e centro tecnológicos) 18 delas possuem emissoras de rádio, sendo que a Universidade Federal de Pernambuco tem concessões de rádios AM e FM. Desse total de emissoras, cinco são AM e as demais FM, sendo que no Rio Grande do Sul as quatro universidades federais possuem rádios há muito tempo (A Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é a pioneira das emissoras universitárias do país, sendo fundada em 18 de novembro de 1957). O objetivo desse artigo é refletir sobre o papel desempenhado por essas emissoras na extensão universitária. É urgente pensar em uma ação acadêmica e social efetiva que envolva alunos, professores e técnicos administrativos e que seja capaz de permitir a participação dos mais diferentes segmentos da sociedade com a garantia do debate de idéias heterogêneas, além, ou fundamentalmente, de contribuir para que os setores menos favorecidos no que se refere aos meios de comunicação tenham acesso à divulgação de suas atividades.

A legislação brasileira sobre radiodifusão não faz referência funcional ou conceitual sobre as rádios universitárias sejam públicas ou privadas. Pela legislação atual, as universidades possuem competência para a execução dos serviços de radiodifusão e as rádios das universidades (públicas ou privadas) são enquadradas como educativas. O Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, que regulamenta o serviço e a exploração de radiodifusão no Brasil não determina qual o papel que deve cumprir uma emissora que está vinculada a uma instituição pública de ensino, de extensão e de pesquisa.

A tarefa de pensar as rádios das universidades federais brasileiras que devem estar ligadas com a formação dos alunos, a divulgação do conhecimento, a democratização da comunicação e a extensão universitária pública implica em buscar na legislação e nas experiências latino-americanas os parâmetros das rádios educativas e das públicas e aponta para pelo menos duas perspectivas (laboratorial e pública) sobre a sua prática, além de todas as formas de suas vinculações e localização (nos organogramas das universidades). Desse modo, uma das primeiras características das emissoras universitárias públicas é o reconhecimento da pluralidade cultural através de espaços destinados para diferentes públicos. Essa posição é defendida por Herrera Huérfano (2001, p. 66):

Pensar nos diferentes públicos e, sobretudo, nestes como grupos capazes de desenvolverem-se implica em assumir, na produção radiofônica, o objetivo de informar, educar (mais

que simplesmente entreter) é assumir um sistema de radiodifusão pública como serviço de interesse público (Tradução nossa).

Sem generalizar, e com base nos dados existentes sobre as ações das rádios na extensão universitária ou na área de comunicação das universidades observa-se que estão (quase) todas voltadas para uma programação descompromissada que não pratica jornalismo de qualidade, que não se preocupa com as manifestações culturais da região e não segue um projeto educacional. Como já se afirmou que um percentual significativo de universidades federais brasileiras possui a concessão de emissoras de média potência, o não uso dessas rádios como ferramenta da universidade à serviço da sociedade e contra os monopólios da informação significa que a extensão universitária desconhece o poder de um meio de comunicação de massa como o rádio.

Para Herrera Huérfano (2001), a função social de uma rádio universitária é oferecer uma produção que cubra a maior parte dos setores da população. Isso não significa somente que deve atingir o maior número de ouvintes, mas oferecer uma programação que corresponda aos interesses de diferentes setores da população. Essa programação não deve ser voltada para as necessidades particulares de um pequeno segmento de ouvintes privilegiados ou mesmo para os funcionários públicos dessas emissoras que fazem os seus próprios programas ou para os seus amigos onde formam um verdadeiro clube. “Assim a radiodifusão não terá como parâmetro a satisfação de gostos individuais mas a educação para uma melhor convivência em sociedade” (HERRERA HUÉRFANO, 2001, p. 66 - tradução nossa). Significa que as rádios universitárias públicas não podem estar voltadas à divulgação de uma só forma de expressão, de cultura, de arte ou pensamento, mas, especialmente de todas aquelas que os modelos de radiodifusão comercial ignoram.

A política de extensão da Rádio Universidade de Yucatán, no México considera as emissoras universitárias como um meio de estender os benefícios da arte, da ciência, da cultura a toda a população, garantindo o acesso desses bens, que são patrimônios da coletividade, a diferentes grupos sociais. Essas rádios devem proporcionar educação a todos ouvintes, possibilitando sua integração e transformação mediante a promoção do conhecimento (VILLAFANA, 1997).

O debate, a produção acadêmica e as iniciativas políticas sobre rádios universitárias públicas estão mais avançados na Argentina e no México. No Brasil, não se avança no debate dentro das universidades, muito menos dentro dos cursos de Comunicação ou da extensão universitária. Não se utilizam as rádios universitárias para o “fazer” da extensão. Para algumas universidades as emissoras de rádio permaneceram longos anos à serviço da imagem dos dirigentes; para outras, foram entulhos caros onde se agruparam os funcionários que não desejavam trabalhar. As rádios, portanto, não servem à extensão e ao ensino porque não são usadas como laboratórios e muito menos à pesquisa. A Argentina apresentou propostas de uma legislação específica para as rádios universitárias. A Asociación de Radiodifusoras de Universidades Nacionales de la Argentina (ARUNA) propôs a criação de um Sistema Nacional Universitário de Radiodifusão Pública através de projeto de Lei de Radiodifusão, aprovado nas Jornadas Extraordinárias das Rádios Universitárias, em dezembro de 2000. A ARUNA (2000) tem a compreensão que as rádios universitárias argentinas são importantes para a sociedade em função de sua vocação em criar espaços de relações solidárias, de diferentes manifestações culturais e de servir às comunidades nas quais estão inseridas. Para isso, sugere que sejam incluídas na legislação de radiodifusão separadas das categorias tradicionais de emissoras comerciais e oficiais. A ARUNA assegura que as rádios universitárias nacionais “(...)constituem uma proposta válida para traduzir o pensamento crítico, próprio do mundo acadêmico, pluralista e respeitoso das diferenças nacionais, regionais, locais e étnicas” (ARUNA, 2000 - tradução nossa). Mas a proposição dessa lei Argentina vai mais longe ao defender a reserva de frequência para veículos universitários, a constituição de redes e cadeias entre as emissoras e a isenção de pagamento de impostos e taxas de ordem federal. O segundo artigo do projeto aponta os objetivos do Sistema Nacional Universitário de Radiodifusão Pública (ARUNA, 2000, p. 3):

(...)os serviços da Radiodifusão Universitária constituem um sistema público de gestão autônoma. Tem como objetivos primordiais a promoção das diferentes expressões culturais, o estímulo a livre expressão, o direito a informação, a participação da cidadania, a defesa dos princípios democráticos e dos direitos humanos; asseguram um lugar dessacado de

sua programação para a divulgação do conhecimento científico, a extensão universitária, e a promoção de ações jornalísticas destinadas ao bem comum, como a experimentação artística e cultural (Tradução nossa).

Para Kempf (2003), uma rádio universitária com função pública, vinculada a uma instituição de ensino, deve “proporcionar um conjunto de práticas e iniciativas na consolidação de um espaço laboratorial para os alunos”. A atividade laboratorial acadêmica pode ser entendida, de acordo com Spenthof (1998, p.158), como “exercício de experimentação, de aplicação de conhecimentos, de atividades práticas; é a realização de notáveis operações e transformações na formação e no mundo do estudante”. É essa ligação que torna a emissora universitária um laboratório importante para as faculdades de Comunicação. Isso porque toda sua estrutura pode servir para que os estudantes tenham um exercício prático pautado pela qualidade, pela resposta do ouvinte, pelo rigor e velocidade da informação e pela responsabilidade. É na atividade laboratorial desenvolvida na emissora de rádio da universidade que os estudantes ultrapassam os estreitos espaços da sala de aula e da avaliação do professor. Aprendem que no rádio não existem espaços em branco, frases recheadas de adjetivos e que a mensagem radiofônica é fruto de um excelente conhecimento da língua, da agilidade na interpretação do fato e no rigor da pesquisa jornalística. Acabam por dividir com a sociedade o seu fazer e a sua avaliação.

Villafaña (1997) afirma que o projeto de rádio universitária deve partir de uma seleção de segmentos de audiência, da identificação de suas necessidades e possibilidades de desenvolvimento, do diagnóstico de suas práticas, para só assim definir as metas radiofônicas e o que é realmente útil para esse ouvinte. O poder de transformação do rádio de caráter público está na ruptura com o modelo comercial, traduzido na sua liberdade de desenhar suas propostas de caráter educativo e cultural, sem depender das leis de oferta e demanda, e de trazer conteúdos e gêneros não cobertos pelo sistema comercial. Para Herrera Huérfano (2001, p. 70):

As rádios das universidades devem propor algo novo e diferente para fazer frente à excessiva oferta das rádios comerciais, e para isso devem existir produtores radiofônicos com capital cultural suficiente que os habilite em autonomia e capacidade de criar um corpo visível da rádio na esfera pública social e no mundo acadêmico (Tradução nossa).

As rádios universitárias, na relação com seus públicos, funcionam como veículos do saber científico, cultural, político, filosófico e musical produzido dentro da universidade. Fazer Rádio através de uma emissora pública em AM ou FM significa envolver a sociedade ativamente, buscando entender suas necessidades e transformando o rádio em um meio de discussão e difusão. “Significa dizer que se deve falar a mesma língua colocando os meios (...) em condições de serem utilizados pela sociedade. Esses meios devem se constituir em canal de expressão da sociedade porque pertencem às universidades públicas” (DEUS, 2002).

A experiência na rádio da UFRGS

A partir da constatação da lacuna existente na legislação brasileira, da necessidade de essas emissoras serem disponíveis para o ensino de jornalismo, para a inserção social da universidade e para a veiculação das pesquisas acadêmicas, para a educação e para a divulgação de todas as atividades das universidades “torna-se necessário e urgente compreender como deve se estruturar uma rádio universitária pública” (DEUS, 2002). No plano de metas da Rádio da Universidade da UFRGS, de julho de 2002 a julho de 2003, defendeu-se a urgência de construir esse perfil de rádio universitária pública que deve, além de ser laboratório da produção de alunos, professores e funcionários, estar comprometida com a educação e com todas as demandas da sociedade.

Uma tentativa ousada de utilizar uma rádio universitária pública (AM com 10 Kw de potência) dentro dessa compreensão foi registrada no início da 2003 pela Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ciente de sua condição acadêmica, a Rádio da UFRGS proporcionou aos alunos

de jornalismo conhecerem, planejarem e executarem a cobertura jornalística do Fórum Mundial de Educação e do Fórum Social Mundial. Para essa atividade teórico-prática, foram envolvidos 30 alunos. Com a orientação de um professor-jornalista, realizaram boletins ao vivo de diversos pontos da cidade de Porto Alegre onde se desenvolviam as atividades dos dois fóruns, como também pautavam, produziam e apresentavam mesas-redondas. Assim como nesse exemplo da Rádio da Universidade da UFRGS, o exercício laboratorial se caracteriza pela liberdade e pela experimentação como espaço único de reflexão acadêmica sobre a prática profissional. Mas foi, também, um espaço singular para as demandas da sociedade que captava uma emissora de rádio comprometida com a pluralidade dos fatos, sem cerceamento e sem intervenção comercial. Para Kempf (2003, p. 63) a

(...) liberdade de experimentar novos formatos, de inovar quanto ao conteúdo da programação, beneficia a formação de uma rádio diferente das comerciais e, ao mesmo tempo, desenvolve nos estudantes, conhecimento e criatividade para a realização da futura atividade profissional.

Para cumprir com o que se entende ser função das rádios universitárias, a Rádio da Universidade possui uma programação heterogênea. A grade é preenchida com programas que divulgam tanto a produção de professores, alunos e de unidades acadêmicas da universidade, como também está aberta para todas as manifestações da comunidade, através de programas de entrevistas e debates. A função laboratorial, pública e de extensão universitária aponta que a Rádio da Universidade do Rio Grande do Sul

(...) deve essar, fundamentalmente, preocupada com o crescimento da cidadania, dessacando em sua programação o debate de idéias heterogêneas (...) e deve, necessariamente, contribuir com a sociedade no amadurecimento da cidadania. Cumpre assim com a sua função de ensino, mantém o compromisso com a informação e difusão do conhecimento, com dessaque para o jornalismo informativo e cultural e assegura o permanente debate de idéias, contemplando as mais diferentes visões de sociedade (DEUS, 2002).

Quando entrou no ar em 18 de novembro de 1957, a Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul significava o desconhecido. Iniciava na radiofonia brasileira uma emissora dedicada exclusivamente a programas de cunho educativo, cultural e sem fins lucrativos. Em 48 anos de existência, a Rádio da UFRGS passou por dificuldades, alterações de programação e profundas mudanças técnicas. Novos transmissores com potência de 10kW foram adquiridos e com o aumento da potência, a emissora passou a ser ouvida em um raio de 250km. Na década de 90, foram adquiridos novos equipamentos, incluindo um transmissor AM-Stereo Digital e um transmissor de reserva, além de outros aparelhos que permitiram a informatização de todos os setores da Rádio. Desde novembro de 1995, através de um sistema de automação, a rádio transmite 24 horas por dia e pode ser ouvida, também, através da sua página na Internet.

A presença dos estudantes nas dependências da Rádio e da própria Rádio na extensão universitária cresceu nos últimos anos, com o entendimento de que a emissora deve ser um laboratório que possibilite ao estudante de Jornalismo o exercício da experimentação, de aplicação de conhecimentos e de atividades práticas. Herrera Huérfano (2001, p. 67) defende que:

(...) a noção de radiodifusão como um serviço público deveria ser imposta pelas escolas de comunicação e pelas universidades públicas por meio de suas emissoras, na sociedade latino-americana marcada por propostas de radiodifusão com interesses de mercado (tradução nossa).

Essa compreensão da função laboratorial das emissoras universitárias das universidades públicas (federais) deve ser ampliada com um debate mais amplo sobre o conceito de rádio universitária pública, o que deve se constituir em uma das primeiras tarefas de um novo direcionamento das escolas de Jornalismo.

Conclusão

Essa reflexão não tem a pretensão de esgotar as tentativas na busca da definição do papel das rádios universitárias públicas na extensão universitária. Pretende-se, de forma provocativa, expor a importante ferramenta que está à disposição de todas as ações extensionistas e que pode significar um grande projeto nacional de extensão universitária de baixo custo e de grande abrangência. Também não se pretende sugerir um manual de procedimentos de atuação das rádios das universidades. O objetivo foi de iniciar o debate sobre a necessidade de se conceber as rádios universitárias públicas também como instrumentos das universidades na construção de novos espaços de comunicação para a sociedade. Essa é necessariamente uma função que deve estar intimamente ligada à função laboratorial, mas também fortemente assentada no papel social das universidades, já que possui caráter público. Com as potencialidades que possuem, essas emissoras podem desenvolver atividades ainda mais comprometidas com o crescimento da cidadania. Atualmente (e isso deve ser datado) a Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, preocupada com essa necessidade, tem na sua programação procurado delinear o conceito de rádio universitária pública, apresentado inicialmente no seu plano de metas de 2002. A concepção primeira é de que, por ser universitária, a Rádio deve ser laboratório, e, por ser pública, deve retratar a pluralidade da sociedade em sua programação, portanto, deve ter uma grade heterogênea constituindo-se em canal de perspectivas esclarecedoras dos problemas sociais e das contradições políticas e econômicas, procurando dar visibilidade para as diferentes formas de expressão artística e, por fim, deve representar a multiplicidade de idéias, gostos e correntes do contexto social.

A atividade laboratorial desenvolvida em uma rádio universitária pública prepara diferenciados profissionais de comunicação aptos ao intercâmbio de idéias políticas e sociais, abertos à pluralidade e capazes de executar um serviço voltado ao interesse educativo e cultural da sociedade. Dentro dessas emissoras, esses futuros profissionais terão uma visão democratizadora da comunicação, pois é permitido fazer (e somente nesse espaço é possível) um trabalho que deve estar voltado para a sociedade e não para o consumo da sociedade, como ocorre nos monopólios de comunicação detentores das emissoras comerciais. São as rádios universitárias públicas que, como veículo de comunicação e laboratórios da formação dos alunos e repensar dos professores, possibilitam às universidades públicas cumprir de forma mais abrangente o seu papel social.

Referências

DEUS, Sandra. **Rádios Universitárias públicas: compromisso com a sociedade e com a informação** Em Questão Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. Vol. 9, nº 01 (jan/jun 2003) Porto Alegre, 2003. pp. 327-338.

___ **Comunicação e Extensão universitária:** assessoria, consultoria e

compromisso social, 2002a. Texto apresentado como material do Curso sobre Linguagem e Comunicação na Extensão Universitária, no I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, realizado em João Pessoa, PB, nov. 2002.

___ **Plano de Metas da Rádio da Universidade,** julho de 2002 a julho 2003. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

___ **Texto sobre a Situação da Concessão da Rádio da Universidade Federal do RS.** Porto Alegre: Rádio da UFRGS, 2002b. Não publicado. Encaminhado para a Radiobrás.

HERRERA HUÉRFANO, Eliana del Rosário. Apuntes para pensar la producción radial desde la academia. **Signo y Pensamiento**, Bogotá, n.38, p. 64-71, 2001.

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO. **Conceito de Radiodifusão Pública:** relatório. Porto Alegre, 2002. Circulação restrita.

RADIODIFUSÃO – Legislação Básica. Rio de Janeiro: Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, 1984. V.1.

SPENTHOF, Edson Luiz. A Importância das Rádios e TVs Universitárias como Laboratórios. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v.1, n.1, p. 153-166, jan./jun. 1998.

VILLAFÑA, Irving Berlin. Las radios universitarias, subversión en los mercados? El caso mexicano: el Sureste. 1997. Dissertação (Mestrado em Comunicação Iberoamericana) - Universidad Internacional de Andalucía, Huelva, España. **El Hilo de Ariadna**, Mérida, n.3, set/dez/1998. Disponível em: <http://www.uady.mx/sitios/radio/ariadna/articulos/especial/index.html>> Acesso em: 16 dez. 2002.